

BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS TRADICIONAIS ENTRE 2000 E 2023

Paula Margarita Andrea Cares Bustamante

Professora do *Departamento de Economia da UNIMONTES*. Doutora em Desenvolvimento Social –*PPGDS/UNIMONTES* E-mail: paula.bustamante@unimontes.br

Luiz Paulo Fontes de Rezende

Professor do *Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Empresarial – PGDEE* da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. E-mail: luiz.rezende@unimontes.br

Célia Lopes Azevedo

Estudante de Doutorado do *Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS* da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. E-mail: celia.lopes@ifnmg.edu.br

Resumo: O artigo apresenta os principais conceitos e indicadores socioeconômico no Brasil entre 2000 e 2023. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica, com base em Souza (2012), Paulani e Braga (2007), Jannuzzi (2012), Neri e Souza (2012) e Oxfam (2017; 2023). Entre 2000 e 2014, observou-se redução das desigualdades sociais e econômicas; contudo, esses indicadores pioraram em função da instabilidade política e da pandemia de COVID-19. A partir de 2023, o país retoma a trajetória de fortalecimento de políticas sociais, refletindo avanços nos indicadores de desenvolvimento humano. Uma análise crítica evidencia que métricas tradicionais, como PIB, IDH e Gini, são insuficientes para captar desigualdades interseccionais e territoriais, sendo recomendada a adoção de índices como IPM, IDHAD, IDG e IDS. Perspectivas críticas e decoloniais destacam a relevância de modos de vida comunitários e práticas sustentáveis do Sul Global como alternativas ao bem-estar coletivo. Conclui-se que superar desigualdades históricas exige ampliar o debate teórico e metodológico, adotando uma visão inclusiva, plural e ambientalmente sustentável.

Palavras-chave: desigualdade social; políticas públicas, pandemia.

Abstract: The article presents the main concepts and indicators socioeconomic in Brazil between 2000 and 2023. The methodology used was a bibliographic review, based on Souza (2012), Paulani and Braga (2007), Jannuzzi (2012), Neri and Souza (2012), and Oxfam (2017; 2023). From 2000 to 2014, social and economic inequalities decreased; however, these indicators worsened due to political instability and the COVID-19 pandemic. From 2023, Brazil resumes strengthening social policies, resulting in advances in human development indicators. A critical analysis shows that traditional metrics, such as GDP, HDI, and Gini, are insufficient to capture intersectional and territorial inequalities, recommending indices like MPI, IHDI, GDI, and SDG indicators. Critical and decolonial perspectives emphasize the relevance of community lifestyles and sustainable practices from the Global South as alternatives for collective well-being. Addressing historical inequalities requires expanding theoretical and methodological debates, adopting an inclusive, plural, and environmentally sustainable approach.

Keywords: social inequality; public policy, pandemic.

Introdução

O Brasil caracteriza-se por apresentar historicamente, uma estrutura econômica, social e política pautada pela desigualdade, que pode ser mensurada pelos indicadores de pobreza e bem-estar social. Nesse contexto, o estudo dos indicadores socioeconômicos permite avaliar a eficácia das políticas públicas de combate à pobreza e de redução das desigualdades. No entanto, é necessário reconhecer que tais indicadores, embora amplamente utilizados,

apresentam limitações, haja vista que expressam médias nacionais e nem sempre captam as especificidades e as inequidades vivenciadas por grupos sociais mais vulneráveis, como populações periféricas, povos originários, comunidades quilombolas, mulheres e pessoas negras.

À luz dessas considerações, este trabalho objetiva analisar o desenvolvimento socioeconômico no Brasil, com base no comportamento dos principais indicadores socioeconômicos entre 2000 e 2023. Especificamente, busca-se problematizar o uso dos indicadores tradicionais como: PIB, renda per capita, índice de Gini, IDH e linha de pobreza, apontar suas limitações e apresentar indicadores socioeconômicos alternativos, como os de pobreza multidimensional, desenvolvimento humano com recorte de gênero e sustentabilidade ambiental.

A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica e análise de dados secundários. Para discutir teorias do desenvolvimento econômico, foram utilizadas obras de Souza (2012), Paulani e Braga (2007) e Keynes (1936). No campo dos indicadores sociais, destacam-se Jannuzzi (2012) e Neri e Souza (2012). Ademais, os relatórios da Oxfam (2017; 2020; 2024) e os relatórios do PNUD oferecem contribuições relevantes para compreender a evolução dos índices sociais no Brasil, suas potencialidades e limitações. Os dados referentes a PIB, IDH, índice de Gini e linhas de pobreza foram obtidos em bases oficiais, como IBGE, IPEA e PNUD. Os índices de pobreza multidimensional foram extraídos do PNUD e do *Global Multidimensional Poverty Index* (MPI); as estatísticas de desenvolvimento humano com recorte de gênero foram obtidas no *Gender Inequality Index* (PNUD); e as medidas de sustentabilidade ambiental foram analisadas a partir de relatórios do IBGE (Contas de Ecossistemas), da Agenda 2030 da ONU.

Além desta introdução, a próxima seção apresentará as principais teorias do desenvolvimento socioeconômico e suas limitações, bem como a incorporação de perspectivas decoloniais que valorizam modos de vida e bem-estar de povos do Sul Global. Na sequência, serão analisados os principais indicadores utilizados para mensurar desigualdades socioeconômicas, no país. Posteriormente, analisam-se os avanços e retrocessos da sociedade brasileira entre 2000 e 2023. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

1. Conceituando desenvolvimento socioeconômico

O crescimento econômico é comumente medido pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda per capita. Durante o século XIX, o sistema capitalista europeu passou por sucessivas crises, que culminaram na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e colocaram em xeque a ideia de progresso contínuo e linear (ORTEGA, 2008). Na década de 1930, Keynes (1936) rompeu com a visão liberal predominante ao destacar o papel do Estado no estímulo à demanda agregada e ao propor o Sistema de Contas Nacionais, permitindo mensurar a riqueza em nível agregado e comparar países em diferentes estágios de desenvolvimento. A partir de então, o aumento da produção de bens e serviços pode ser alcançado por meio de políticas econômicas, como incentivos fiscais e monetários, atração de investimentos estrangeiros e políticas sociais de educação e qualificação da mão de obra. E, a partir da década de 1940, o PIB e o PNB passaram a ser utilizadas como as principais variáveis para mensurar a atividade econômica.

No entanto, logo surgiram debates sobre os limites dessa concepção, pois o crescimento econômico não necessariamente se traduz em melhoria da qualidade de vida. Sen (2010) foi um dos principais críticos dessa abordagem, ao afirmar que o desenvolvimento deve estar relacionado à ampliação das liberdades individuais e coletivas, à saúde e à educação, e não apenas à renda ou à acumulação de capital.

Na década de 1990, ganha destaque o conceito de desenvolvimento social, que considera variáveis como redução da pobreza, acesso a saúde, educação, serviços básicos, igualdade de gênero, diversidade e inclusão social. Nesse contexto, a noção de desenvolvimento metamorfoseou-se, passando a englobar dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Atualmente, além dos indicadores socioeconômicos tradicionais, tem ganhado destaque abordagens alternativas que buscam capturar as especificidades do bem-estar social. Entre elas, destacam-se o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que considera privações em áreas como saúde, educação e padrão de vida; o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), que corrige distorções provocadas pela má distribuição de renda; o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), que evidencia as disparidades entre homens e mulheres no acesso a oportunidades; e ainda indicadores ambientais, como o Índice de Desempenho Ambiental (EPI), que aborda a dimensão da sustentabilidade nos debates sobre desenvolvimento.

Concomitantemente, perspectivas críticas e decoloniais têm problematizado a centralidade do conceito ocidental de desenvolvimento, cuja matriz histórica se associa a processos de industrialização, acumulação de capital e expansão do consumo. Autores como Escobar (1998) e Santos (2000) que destacam que o paradigma dominante frequentemente invisibiliza alternativas gestadas no Sul Global, especialmente entre povos originários e comunidades tradicionais. Nessas sociedades, modos de vida pautados pela reciprocidade, pela solidariedade comunitária e pelo uso sustentável dos recursos naturais não apenas asseguram a sobrevivência, mas também configuram modelos de bem-viver que escapam às métricas convencionais.

Nesse contexto, percebe-se que o conceito de desenvolvimento socioeconômico sustentável implica questionar quais valores, práticas e modelos de sociedade devem ser priorizados. Mais do que apenas quantificar resultados, trata-se de um debate normativo e político: o que significa “viver bem” e como diferentes culturas podem contribuir para uma concepção plural de desenvolvimento, menos hierárquica e mais atenta à diversidade de experiências humanas.

1.1 As principais variáveis que medem a desigualdade social

Ao longo do tempo, os indicadores socioeconômicos foram criados para quantificar a realidade de uma sociedade, medindo condições de vida e bem-estar, sendo frequentemente utilizados na formulação de políticas públicas. Entre os principais indicadores socioeconômicos ganham destaque a renda per capita, o Índice de Gini, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a linha da pobreza (MONTIBELLER, 2007; JANNUZZI, 2012).

O PIB mede a produção de bens e serviços de um país, enquanto o PIB per capita avalia a renda média da população, mensurando o bem-estar de uma nação. O Gini mede a diferença de renda entre as parcelas mais ricas e mais pobres de uma determinada população, ou seja, mede o grau de concentração de renda de uma localidade. O IDH representa um avanço na análise socioeconômica, já que, combina renda per capita, saúde e educação para avaliar o desenvolvimento humano (Quadro 1).

Quadro 1: Síntese dos conceitos dos principais indicadores sociais utilizados como medida de desigualdade social.

Indicadores	Conceito	Índices (variação)
Renda <i>per capita</i>	É o produto agregado de um país, dividido pela população. Indica o nível de renda da população.	País em desenvolvimento – US\$ 15 mil (renda média) País desenvolvido - US\$ 50mil (renda média)
Gini	Mede o grau de concentração de renda de uma determinada localidade	Varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior é a concentração da renda.
IDH	Objetiva avaliar a qualidade de vida nos países.	Varia de 0 a 1. 0 – 0,5 – baixo desenvolvimento humano. 0,5 – 0,8 – médio desenvolvimento humano. 0,8 – 1 – alto desenvolvimento humano.
Linha da Pobreza	Indica o mínimo de renda que um habitante deve possuir para satisfazer suas necessidades básicas	US\$ 1,90 e US\$ 5,50 por dia, por pessoa.

Linha da extrema pobreza	Nível crítico de pobreza onde a pessoa não consegue suprir as necessidades alimentares mínimas.	US\$ 1,90 por dia por pessoa
--------------------------	---	------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPEA, PNUD, Atlas Brasil (2017), IBGE (2023).

Sendo assim, a renda per capita mostra o nível de renda da população de um país e por esse motivo é considerado um indicador qualitativamente superior ao PIB. Para termos noção de grandeza, no ano de 2024 o PIB per capita do brasileiro foi cerca de US\$ 10 mil por ano, e a renda per capita de um americano foi de pouco mais de US\$ 60 mil (IBGE, 2024). Cabe salientar que, o indicador em questão é uma média e não informa sobre como a riqueza é verdadeiramente distribuída na sociedade, sendo assim a renda per capita é um indicador insuficiente para descrever o estágio de desenvolvimento socioeconômico de uma determinada localidade. Outro aspecto que deve ser considerado ao utilizar o índice de renda per capita é que para análises de comparações internacionais são necessários ajustes para refletir as diferenças do poder de compra em cada país e eliminar o efeito da variação brusca das taxas de câmbio (JANNUZZI, 2012).

O índice de Gini mede o grau de concentração de renda de uma localidade, para tanto divide a sociedade em cinco estratos onde cada estrato corresponde à 20% da população e, com base nisso mede a parcela da renda acumulada por cada um desses estratos. Esse índice varia de zero a um e, quanto mais próximo de um pior é a concentração de renda em determinada localidade.

O IDH considera para o seu cálculo três indicadores: a) renda per capita (renda medida em US\$ para refletir a paridade do poder de comprar em nível internacional), b) saúde (índice de esperança de vida ao nascer) e, c) educação (média ponderado de outros dois indicadores, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa de escolaridade nos níveis primário, secundário e superior). O IDH varia entre zero e um, se o índice ficar entre 0 e 0,5 indica baixo desenvolvimento de um país, se o índice ficar entre 0,5 e 0,8 indica médio desenvolvimento de um país e, se o índice ficar entre 0,8 e 1 indica alto desenvolvimento de um país.

Cabe salientar que o IDH representa um avanço na análise socioeconômica, no entanto não esgota a questão, haja vista que importantes variáveis sociais ainda permanecem excluídas de exames mais sofisticados como o índice de desemprego por exemplo, já que, quando o cidadão perde o emprego apenas as questões monetárias e materiais são levadas em conta. Mas ainda não são mensuradas questões relacionadas ao bem-estar, ociosidade e falta de perspectiva do trabalhador.

A linha de pobreza estabelece uma renda diária mínima para identificar as pessoas em extrema pobreza, na literatura não há um consenso quanto ao valor monetário dessa renda, já que, em grande medida isso depende do custo de vida e das especificidades da população que varia de região para região. O Banco Mundial utiliza o parâmetro de US\$1,90 para mensurar a extrema pobreza e US\$ 5,50 para medir a pobreza, em termos de Poder de Paridade de Compra.

Existem diferentes metodologias para calcular o índice linha da pobreza, mas em geral, ele é definido como o valor mínimo necessário para satisfazer as necessidades básicas de uma pessoa ou família, como alimentação, habitação, saúde, educação e transporte. No Brasil, devido a sua popularidade e simplicidade, a linha de pobreza é normalmente estabelecida em $\frac{1}{2}$ salário mínimo da renda familiar *per capita*, em 2024, esse valor corresponde a R\$ 706,00 por pessoa¹. Para recebimento de benefícios sociais o governo considera em situação de pobreza: famílias com renda familiar mensal per capita entre R\$ 218,01 e R\$ 660,00, e situação de extrema pobreza: famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 218,00.

Por outro lado, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) considera privações em três dimensões — saúde, educação e padrão de vida — indo além da renda monetária.

¹ Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Decreto nº 11.494/2023.

Criado em 2010 pelo *Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)* e pelo PNUD, começou a ser aplicado ao Brasil na mesma década, sendo incorporado aos relatórios nacionais de desenvolvimento humano elaborados em parceria com o IPEA e a FGV. Esse indicador permite compreender como diferentes vulnerabilidades se sobrepõem, tornando-se mais sensível às múltiplas formas de exclusão social do que a simples linha de pobreza monetária.

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), introduzido em 2010 pelo PNUD, corrige o IDH tradicional ao incorporar desigualdades internas na distribuição de saúde, educação e renda. No Brasil, os cálculos começaram a ser divulgados em relatórios nacionais desde o início da década de 2010. Esse ajuste mostra que países com alto IDH podem ter seus resultados significativamente reduzidos quando desigualdades são consideradas, o que se revela particularmente pertinente em um país de contrastes tão marcantes como o Brasil.

O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), também lançado em 2010 pelo PNUD, mensura desigualdades entre homens e mulheres em termos de participação política, inserção no mercado de trabalho e saúde reprodutiva. No Brasil, sua aplicação nos relatórios do desenvolvimento humano evidencia que as assimetrias de gênero persistem, mesmo com avanços em educação e saúde. Esse indicador é fundamental para compreender como desigualdades estruturais afetam de forma diferenciada homens e mulheres, sendo especialmente relevante em um país marcado por disparidades salariais, baixa representatividade política feminina e desigualdade no trabalho doméstico.

No Brasil, o IBGE passou a publicar os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) a partir de 2002, em consonância com a Agenda 21 da ONU, e desde 2015 vem desenvolvendo as Contas Econômicas Ambientais, alinhadas ao Sistema de Contabilidade Ambiental da ONU (SEEA). Esses indicadores consideram fatores como emissões de gases de efeito estufa, desmatamento, preservação de ecossistemas e uso de recursos naturais. Ao inserir a dimensão ambiental no debate, tais métricas permitem avaliar se o crescimento econômico ocorre de forma compatível com a preservação dos ecossistemas e com o bem-estar das gerações futuras, em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2. Resultados alcançados

Entre 2000 e 2023 nota-se que a renda média do Brasil aumentou, haja vista que, o PIB *per capita* passou de R\$ 7.909,26 para R\$ 50.193,72, o que pode sugerir que o crescimento econômico foi maior que o aumento da população. Esse fato foi acompanhado de uma significativa redução de pessoas em situação de extrema pobreza, que passaram de 15,19% da população em 2001, para 4,4% em 2023 (Quadro 2). Apesar da redução do percentual de pessoal vivendo abaixo da linha da extrema pobreza, percebe-se por meio da trajetória do índice de GINI, IDH e linha da pobreza que no Brasil a renda ainda permanece concentrada.

Quadro 2: Comportamento dos principais indicadores socioeconômicos no Brasil entre de 2000 e 2023

Indicadores	2000	2004	2014	2020	2023
PIB per capita (R\$)	7.909,26	8.343,88	24.065,00	35.935,69	50.193,72
Índice de Gini	0,593	0,572	0,497	0,543	0,518
IDH	0,683	0,792	0,755	0,765	0,765
Linha da pobreza	44%	48,5%	30,8%	31%	27,4%
Linha da extrema pobreza	15,19% *	13,22%	5,20%	6%	4,4%

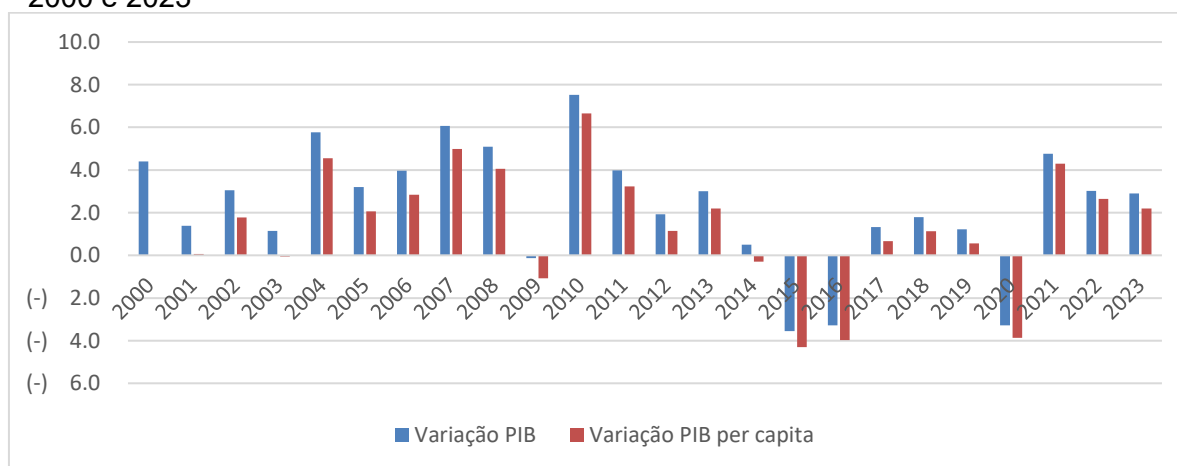
*Dados do ano 2001.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos do IBGE, IPEA e PNUD – 2023.

Observa-se no Gráfico 1 que o PIB per capita do Brasil no período de 2000 para 2010 teve uma evolução significativa, isso em grande medida pode ser explicado, pela estabilidade dos preços, pelo aumento real do salário mínimo, pela formalização do mercado de trabalho e, pelo aumento do gasto social em educação e em programas de transferência direta de recursos. Já no período de 2010 para 2014 verificou-se uma redução da renda medida pela variação real do PIB per capita. Esse aspecto em parte é explicado pela redução da atividade econômica e pela persistência de desafios estruturais ligados à redistribuição de renda e riqueza no País.

Ainda de acordo com o Gráfico 1 observa-se que a partir de 2015 há uma acentuada queda da renda per capita da população brasileira que, em grande medida é explicada pela retração do PIB devido à instabilidade política gerada pelo processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Em 2020, o PIB do Brasil registrou uma queda de 4,1% em relação ao ano anterior, devido principalmente aos impactos da pandemia de COVID-19 e o PIB per capita teve uma redução de 4%. Nota-se, no entanto, que a partir de 2021 a retomada do crescimento do PIB e do PIB per capita da economia brasileira.

Gráfico 1: PIB e PIB per capita - preços de mercado - variação real anual - (% a.a.) entre 2000 e 2023



Fonte: IBGE, 2024.

No Quadro 2 observa-se que o coeficiente de GINI apresentou redução entre 2000 e 2014, passando de 0,596 para 0,497. Em 14 anos o coeficiente de GINI reduziu em 16,20%, isso em grande medida pode ser explicado pela implementação bem-sucedida e em grande escala de programas sociais como Bolsa Família, PAA, PRONAF, entre outros; pelo aumento do salário mínimo real e pela geração de empregos. Cabe salientar que a redução de desigualdades mensurada pelo Índice de GINI, implica em: a) redução da desigualdade, haja vista que a “fatia do bolo” econômico que chega a população de baixa renda aumenta, b) mais acesso a políticas de transferência de renda, educação, saúde e serviços básicos e, d) melhoria nas condições de vida, já que com mais recursos disponíveis, a população de baixa renda tem a possibilidade de ter acesso a alimentação, moradia, saúde e educação adequada.

Enfim a melhoria do índice de GINI implica em efeitos sociais positivos, pois reduz da vulnerabilidade, permite maior mobilidade social e melhores perspectivas de vida para as gerações futuras. Destaca-se que a queda no índice de GINI não significa necessariamente que a pobreza e a desigualdade foram banidas de uma sociedade, na maioria dos casos retrata apenas que a maior parte da população continua ganhando pouco, no entanto proporcionalmente mais que antes.

Ainda de acordo com os dados do Quadro 2, nota-se que entre 2000 e 2020 houve um aumento no IDH do país, ou seja, ocorreram melhorias não apenas quantitativas como aumento

da renda per capita, mas, também melhorias qualitativas expressas nesse índice como: a) aumento do número de matrículas em todos os níveis de escolaridade, b) maior longevidade, c) menores as taxas de mortalidade infantil e maior a expectativa de vida ao nascer. Entre o ano de 2019 e 2020, devido, fortemente, aos programas de benefício social, não houve uma queda no IDH do país.

À luz dessas considerações Oxfam (2023) destaca que o aumento da renda da população de baixa renda não tem sido suficiente para reduzir a persistente desigualdade na sociedade brasileira, visto que entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos se apropriaram de 61% do crescimento econômico, enquanto a fatia dos 50% mais pobres foi de 18%. Neste mesmo período, a concentração de renda no 1% se manteve estável, no patamar de 22 a 25%, bem como a participação na renda dos 40% mais pobres da população.

Entre 2000 e 2014, o Brasil apresentou avanços significativos nos indicadores sociais, impulsionados por fatores estruturais como o crescimento econômico, a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, a implementação de políticas redistributivas de infraestrutura básica e o fortalecimento da democracia (Oxfam, 2017). Essa conjuntura foi determinante para que o país fosse retirado do Mapa da Fome da ONU em 2015. No mesmo período, a taxa de extrema pobreza caiu de 15,9% para 5,2% da população.

Entretanto, em 2020, observou-se retrocesso mensurado pela linha de US\$ 1,90/dia do Banco Mundial, cerca de 12 milhões de brasileiros (5,7% da população) viviam em extrema pobreza. Considerando critérios nacionais, como o Benefício de Prestação Continuada (R\$ 261 per capita), esse contingente alcançava 22 milhões (10,5%). Ademais, 7,3 milhões de pessoas (3,5%) sobreviviam com menos de R\$ 89 mensais per capita, abaixo da linha de extrema pobreza do Bolsa Família (Oxfam, 2017; Banco Mundial, 2020). Em 2020, devido a pandemia de coronavírus, houve um aumento na concessão de programas sociais, esse aspecto favoreceu o comportamento do indicador de extrema pobreza que reduziu de 6,8% em 2019 para 6% em 2020. No entanto em 2021, cerca de 17,9 milhões (ou 8,4% da população) estavam vivendo na extrema pobreza, ou seja, entre 2020 e 2021 houve aumento de 48,2% do número de pessoa vivendo nessa condição, 5,8 milhões de brasileiros a mais.

De acordo com os dados do IBGE (2023), em 2021, esse grupo caracterizava-se por: a) conter uma elevada participação de crianças menores de 14 anos de idade; b) a proporção de pessoas pretas e pardas vivendo abaixo da linha de pobreza (37,7%) é praticamente o dobro da proporção de brancos (18,6%); c) elevado o percentual de jovens de 15 a 29 anos e idosos; d) cerca de 63% das pessoas que vivem em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos estavam abaixo da linha de pobreza; e e) a maior parte dessas pessoas estão localizadas nas regiões Nordeste e Norte do país.

O aumento da pobreza no Brasil a partir de 2020 não pode ser explicado apenas pelos impactos impostos pela pandemia de coronavírus, é reflexo também das políticas econômicas e sociais adotadas pelo governo Bolsonaro que culminaram na queda do PIB em 4,1% em relação ao ano anterior, aumento da inflação (10,06% em 2021) e da taxa de desemprego que atingiu 13,8% da população em 2020.

No entanto a partir de 2023, com a retomada de políticas públicas, acompanhadas de investimentos em educação, saúde e transferência de renda, resultou e uma séria de melhoras nos indicadores socioeconômicos, tais como: a) significativa queda na insegurança alimentar (85%) que caiu de 17,2 milhões de pessoas em 2022 para 2,5 milhões em 2023, b) o percentual de pessoal vivendo abaixo da Pobreza extrema recuou para 4,4% da população em 2023, o menor nível já registrado, c) melhora da renda domiciliar per capita (R\$ 2.020 em 2023) e, d) redução da taxa de desemprego para 6,6% em 2024, menor taxa desde 2012.

No entanto, com a incorporação novas métricas ao desenvolvimento socioeconômico nota-se que o Brasil ainda convive com desafios estruturais que limitam o bem-estar geral. Ao analisar do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) observou-se perdas expressivas na mensuração do bem-estar. Embora o país registre um IDH de 0,765 em 2023, classificado como médio, esse resultado

sofre uma redução de aproximadamente 24% quando ajustado à desigualdade, provocando uma queda de 21 posições no ranking internacional (PNUD, 2024). Percebe-se então que a média nacional oculta disparidades regionais, sociais e raciais, o que reforça a necessidade de políticas sociais específicas que minimizem a desigualdade.

No que se refere às dimensões de gênero, o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) confirma que, mesmo diante de melhorias em indicadores socioeconômicos tradicionais, persistem barreiras significativas à equidade de gênero. A baixa representatividade política feminina, a diferença salarial entre homens e mulheres e a sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado compõem um quadro em que a desigualdade se mantém estrutural e transversal.

Em relação aos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), baseados nas Contas Econômicas Ambientais, relatórios recentes apontam que o Brasil ainda apresenta elevados níveis de desmatamento e emissões de gases de efeito estufa, comprometendo sua trajetória de sustentabilidade e revelando a contradição entre expansão econômica e conservação ambiental (IBGE, 2024).

Nesse contexto, as perspectivas críticas e decoloniais ganham destaque quando confrontadas com dados que evidenciam a persistência de desigualdades e a invisibilização de alternativas ao modelo ocidental de desenvolvimento. Em 2022 no Brasil, haviam cerca de 1,7 milhão de indígenas (0,83% da população) e 1,3 milhão de quilombolas (0,66%), cujos modos de vida seguem sendo historicamente marginalizados pelos paradigmas dominantes. Isso pode ser mensurado, em parte pela mobilidade espacial da população indígena que em 2010, apenas 36,2% viviam em áreas urbanas, em 2022 esse percentual chegou a 54%, indicando a intensificação de deslocamentos que nem sempre resultam em melhores condições de vida. Isso, em grande medida, pode ser demonstrado pelo fato de que, apenas 59,2% dos indígenas fora de terras indígenas tinham acesso a saneamento adequado, frente a 83% da população urbana geral, e 89,9% dispunham de água tratada, contra 97,2% dos demais brasileiros. Observa-se também que 56% dos indígenas têm menos de 30 anos, proporção que chega a 69% nas terras indígenas, o que reforça a necessidade de políticas de proteção cultural e socioeconômica.

Paralelamente, outras formas de organização econômica apontam caminhos distintos dos modelos tradicionais de crescimento. A economia solidária, por exemplo, reúne mais de 27 mil empreendimentos e cerca de 2 milhões de trabalhadores no país, movimentando aproximadamente R\$ 65 bilhões em 2023, o que representa 2% da renda total do trabalho. Esses números ilustram práticas fundamentadas na reciprocidade, na solidariedade comunitária e no uso sustentável dos recursos, aproximando-se das concepções de “bem-viver” desenvolvidas por povos originários e comunidades tradicionais.

Dessa forma, constata-se que os indicadores socioeconômicos tradicionais, centrados na industrialização, acumulação de capital e expansão do consumo, não captam a diversidade de experiências e racionalidades existentes no Sul Global, tal como apontam Escobar (1998) e Santos (2000).

Considerações finais

Entre 2000 e 2014, a melhoria dos indicadores sociais e econômicos esteve fortemente associada à ampliação de políticas públicas redistributivas, especialmente os programas de transferência de renda e a formalização do mercado de trabalho. Esses avanços contribuíram para a redução da pobreza e da indigência, mas não foram capazes de eliminar a profunda desigualdade social. Nota-se então os limites das políticas compensatórias em um país estruturalmente marcado por disparidades de renda, gênero, raça e território.

Após 2016, com a crise política e o processo de *impeachment*, verificou-se um cenário de retrocessos expressivos: queda do PIB, aumento da inflação, elevação do desemprego, recrudescimento da pobreza e retorno do Brasil ao mapa da fome da ONU em 2017. A pandemia de COVID-19, a partir de 2020, intensificou essas fragilidades, revelando a vulnerabilidade do modelo neoliberal que prioriza o crescimento econômico em detrimento do bem-estar social.

A partir de 2023, políticas sociais mais consistentes e investimentos públicos estratégicos impulsionaram uma melhoria dos indicadores socioeconômicos tradicionais. Os dados apontam para uma redução da pobreza (27,4% da população) e da extrema pobreza (4,4%, o menor nível da série histórica), além de uma melhora no índice de Gini, sinalizaram um avanço na distribuição de renda. Esses progressos confirmam que políticas públicas bem estruturadas podem gerar efeitos rápidos e concretos sobre a qualidade de vida da população, ampliando o acesso a direitos básicos como saúde, educação, energia e saneamento.

No entanto, uma análise crítica demonstra que os indicadores tradicionais como: PIB, IDH e Gini — são insuficientes para captar a complexidade das desigualdades interseccionais e territoriais. Torna-se necessário adotar métricas mais abrangentes, como o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS).

Além disso, perspectivas críticas e decoloniais desafiam a centralidade do paradigma ocidental de desenvolvimento, propondo o reconhecimento de modos de vida comunitários, economias solidárias e práticas de sustentabilidade oriundas do Sul Global como alternativas viáveis ao bem-estar coletivo. Em síntese, enfrentar os desafios históricos da desigualdade brasileira requer ampliar o debate teórico e metodológico, superando os limites das métricas convencionais e incorporando uma concepção de desenvolvimento inclusiva, plural e ambientalmente sustentável.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil tem 1,69 milhão de indígenas e 1,33 milhão de quilombolas.** Agência Brasil, Brasília, 27 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/brasil-tem-169-milhao-de-indigenas-e-133-milhao-de-quilombolas>. Acesso em agosto de 2025.

BARROS, Alexandre Rands. **Desigualdades Regionais no Brasil: Natureza e causas.** Elsevier Editora; Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2000.

Cartilha Vozes da Classe Média (2012)

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155v5.pdf. Acesso em 22/03/17.

ECONOMIAX. Acesso em abril de 2019. Disponível em: <http://economiax.blogspot.com.br/2009/10/crescimento-e-desenvolvimento-economico.html>

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo.** Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1998.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOPGRAFIA E ESTATÍSTICA. <https://www.ibge.gov.br/>. Vários acessos (2023).

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2023**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>

IBGE. **Em 2023, pobreza no país cai ao menor nível desde 2012**. Agência IBGE de Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>

IBGE. **Censo Demográfico 2022: População indígena**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22326-indigenas-2.html>

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**: inflação e deflação. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os economistas).

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS; IBGE. *Censo 2022: mais da metade da população indígena vive nas cidades*. Brasília: Governo Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/12-1/censo-2022-mais-da-metade-da-populacao-indigena-vive-nas-cidades>

NERI, Marcelo Côrtes; SOUZA, Pedro Herculano Cavalcanti Ferreira de. (Baseado). **A Década Inclusiva (2001-2011)**: Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. Ipea. 2012.

Oxfam Brasil. **Relatório de Atividades 2023**. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2024/07/relatorio_de_atividades_2023_RV003.pdf

OXFAM. **A distância que nos une**: um relatório das desigualdades brasileiras. 2017.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bibik. **A nova contabilidade social**: uma introdução à macroeconomia. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SOUSA, Jessé. **Os batalhadores Brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. Ed. Ver e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUSA, Nilson Araújo. **Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2° ed. São Paulo: Atlas, 2008.